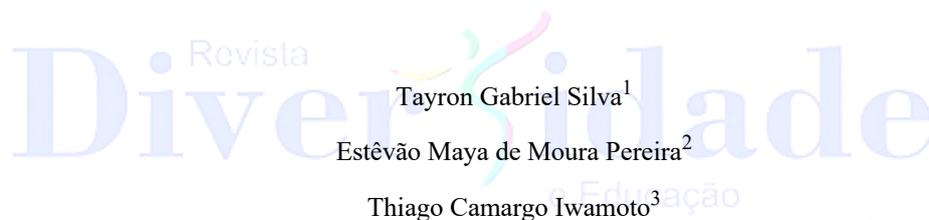




***EXCLUSÃO DE CORPOS E CORPOREIDADES DISSIDENTES. ESTUDO
BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR***

***EXCLUSIÓN DE CUERPOS Y CORPORIDADES DISIDENTES. ESTUDIO
BIBLIOGRÁFICO SOBRE LA TRANSEXUALIDAD EN EL CONTEXTO
ESCOLAR***

***EXCLUSION OF DISSIDENT BODIES AND CORPOREITIES.
BIBLIOGRAPHIC STUDY ON TRANSEXUALITY IN THE SCHOOL CONTEXT***



Tayron Gabriel Silva¹
Estêvão Maya de Moura Pereira²
Thiago Camargo Iwamoto³
Dulce Maria Filgueira de Almeida⁴

RESUMO

O artigo analisa a produção científica brasileira acerca da transexualidade no âmbito escolar entre 2010-2019. Desenvolvemos pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, junto ao Portal de Periódicos da CAPES, consoante descritores: transexualidade AND escola AND educação. Apontamos como resultados: estudos sobre transexualidade e escola originam-se em instituições públicas de ensino, concentrando-se geoespacialmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. São produzidos, majoritariamente, por mulheres e se utilizam de aporte teórico fundamentado, principalmente, nas autorias de Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento e Guacira Louro, tendo-se em Louro a preponderância de citações. As áreas de produção prioritárias são humanidades e ciências sociais, refletindo-se acerca da construção social e histórica da transexualidade; direitos e deveres do ser trans: corpo político, e; narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade. Evidenciamos que escolas são instituições excludentes em relação à inserção das pessoas trans, que sofrem distintos processos de exclusão e violências em seus corpos/corporeidades.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade. Escola. Educação. Estudo bibliográfico.

¹ Graduação. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

² Mestrado. Universidade do Estado de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

³ Doutorado. Universidade do Estado de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

⁴ Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

RESUMEN

El artículo analiza la producción científica brasileña sobre transexualidad en las escuelas entre 2010-2019. Desarrollamos una investigación bibliográfica, con enfoque cualitativo, junto con el Portal de Revistas Periódicos de la CAPES, según los descriptores: transexualidad Y escuela Y educación. Señalamos como resultados: los estudios sobre transexualidad y escuela se originan en instituciones educativas públicas, concentrándose geoespacialmente en las regiones Sudeste y Sur de Brasil. Son producidos, en su mayoría, por mujeres y utilizan soporte teórico basado principalmente en los autores de Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento y Guacira Louro, siendo Louro la preponderancia de las citas. Las áreas prioritarias de producción son las humanidades y las ciencias sociales, reflexionando sobre la construcción social e histórica de la transexualidad; derechos y deberes de las personas trans: organismo político, y; narrativas de estudiantes (trans) y docentes relacionadas con la transexualidad. Evidenciamos que las escuelas son instituciones excluyentes en relación a la inserción de personas trans, quienes sufren diferentes procesos de exclusión y violencia en sus cuerpos/corporeidades. **PALABRAS-CLAVE:** Transexualidad. Escuela. Educación. Estudio bibliográfico.

ABSTRACT

The article analyzes Brazilian scientific production about transsexuality in schools between 2010-2019. We developed bibliographical research, with a qualitative approach, together with the CAPES Periodicals Portal, according to descriptors: transsexuality AND school AND education. We point out as results: studies on transsexuality and school originate in public educational institutions, concentrating geospatially in the Southeast and South regions of Brazil. They are produced, mostly, by women and use theoretical support based mainly on the authors of Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento and Guacira Louro, with Louro being the preponderance of citations. The priority areas of production are humanities and social sciences, reflecting on the social and historical construction of transsexuality; rights and duties of trans people: body politic, and; narratives from (trans) students and teachers related to transsexuality. We evidence that schools are exclusionary institutions in relation to the insertion of trans people, who suffer different processes of exclusion and violence in their bodies/corporealities.

KEYWORDS: Transsexuality. School. Education. Bibliographic study.

No inapreensível do mundo, apenas seu próprio corpo lhe oferece um domínio sobre sua existência.
(David Le Breton, Antropologia do Corpo. Petrópolis: Vozes, 2016)

Introdução

O presente artigo aborda a temática da transexualidade no contexto escolar, considerando as diferenças e as marcas da subversão presentes nos corpos das pessoas cujas performances de gênero causam ebulições no “CISTema”⁵. Tratamos esses corpos e suas respectivas corporeidades como dissidentes, no sentido de que são corpos que

⁵ O termo “Cistema” utilizado neste trabalho apresenta uma analogia com a propositiva da cisheteronormatividade, sobretudo observando ser o padrão normativo de gênero instituído na sociedade.

precisam enfrentar e redefinir estratégias sistemáticas de resistência a fim de assegurar suas existências e inserções sociais, notadamente, no contexto das culturas e cotidianos escolares.

A interseção entre cultura e cotidiano escolares é um campo de estudo fundamental para compreender os processos educativos contemporâneos no qual se inscrevem as relações de gênero. A cultura escolar influencia profundamente o ambiente de aprendizagem, moldando as práticas pedagógicas, as interações entre estudantes e professores/as, e as expectativas acadêmicas. Da mesma forma, o cotidiano escolar, permeado por rituais, normas e valores compartilhados, reflete e transforma a cultura mais ampla da sociedade em que está inserido. A análise desses elementos revela como as dinâmicas culturais dentro das escolas não apenas moldam as experiências individuais dos/as estudantes, mas também desempenham um papel crucial na reprodução ou transformação das estruturas sociais e culturais mais amplas (Nilda Alves, 2003).

Frisamos que a escola do século XXI ainda segue as perspectivas e paradigmas de séculos passados, em sua organização estrutural, conteúdo, metodologias, avaliações, entre outras, sobretudo quando o assunto é o reconhecimento de identidades que são consideradas como desvios, relativamente à hegemonia cisheteronormativa, expressas por grupos socialmente minorizados (Leonardo Café; Maria Luiza Coroa, 2020). É importante destacar que a escola reflete os valores da sociedade em que está inserida. Nessa instituição são transmitidos discursos, que contribuem para processos de formação de identidades, bem como normas sociais que têm um impacto significativo sobre os corpos dos/as estudantes. (Pablo Rocon; Alexsandro Rodrigues; Maria Elizabeth Barros, 2018). Porém, tamanha significância, muitas vezes, não é sinônimo de que a escola seja um local inclusivo, onde todos/as/es tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados/as/es de forma equânime em termos de direitos e deveres (Tayron Silva, 2022).

De outra parte, a escola é, inquestionavelmente, uma importante instituição social, que pode possibilitar a ressignificação da construção de vivências de sociabilidades e, por vezes, de redefinição dos valores sociais. Com efeito, não podemos deixar de vislumbrar que o papel da escola é de um agente de transformação social, como advogavam Paulo Freire (1999) e Anísio Teixeira (1957), dois intelectuais responsáveis pela inserção da educação como potencial transformador do mundo. Todavia, no tempo presente, a busca por superar os obstáculos para que os direitos à educação sejam garantidos, lamentavelmente, cede lugar aos ataques de grupos reacionários que insistem em abordagens direcionadas à deslegitimação da liberdade docente e à desestabilização “do

caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático”, como sinalizado por Rogério Junqueira (2019, p. 136).

Durante a emergência e amplificação de discursos antigênero, alguns grupos afirmaram haver um complô que se esforçava para instaurar no interior das escolas a “erotização” das crianças e adolescentes, estimulando as/os estudantes a “se interessarem por masturbação, homossexualidade, transexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia, pedofilia, bestialismo etc” (Junqueira, 2019, p. 135), ou seja, esses grupos reacionários defendem a existência da falaciosa “ideologia de gênero” nas escolas. É neste cenário que a visão enviesada e hostil em relação à transexualidade passou a produzir embates de diferentes ordens contra as pessoas transgêneras ou trans, a ponto de submetê-las, com maior frequência, a tratamentos discriminatórios e situações de violência física, psicológica ou simbólica, que são perpetradas e evidenciadas especialmente no ambiente escolar (Silva, 2022).

Vista pelo senso comum como um problema de ordem patológica, a transexualidade é caracterizada como o que “foge da normalidade” ou do que é “socialmente aceitável”, o que reforça a ferrenha oposição, as perseguições e violações de direitos contra esse grupo. Para Adriana Abílio (2016), a transexualidade tratada como patologia possui relação com a perspectiva heterossexista. Documentos médicos, como Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) ainda mantém a transexualidade, visando garantir o acesso e permanência aos procedimentos médicos (DSM-V, 2014; OMS, 2018; Thiago Iwamoto, 2019).

Quanto ao processo de redesignação sexual, referenciamos a Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), ao passo que dá espaço às práticas baseadas em evidências científicas e à produção de pesquisas nessa área, que ao somar-se com a entrada de estudantes trans nas universidades públicas podem ser potenciais desencadeadores para o interesse das comunidades acadêmicas sobre o tema.

Mais recentemente, no início de fevereiro de 2019, foi realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, tendo como relator o ex-Ministro José Celso de Mello Filho, que sustenta e julga a omissão do Congresso Nacional em não tomar providências cabíveis para a discriminação da LGBTQIfobia, questionando a inércia do Congresso em elaborar medidas protetivas

para os direitos fundamentais de integrantes de grupos vulneráveis, em particular da comunidade LGBTQI. Foram reconhecidas a pluralidade de gênero e a diversidade de orientação sexual, contribuindo para a criminalização de qualquer manifestação violenta contra o grupo LGBTQI. O Mandado de Injunção (MI) n. 4.733 apresenta premissas que sustentam a prerrogativa de que agir de maneira discriminatória, bem como ratificar tratados internacionais de cunho preconceituoso e que atentem aos direitos fundamentais, entre outros pontos, representam atentado ao Estado Democrático de Direito. Adicionalmente, tipifica a LGBTQIfobia, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero como crime de racismo até que o Congresso Nacional apresente propostas próprias para esses crimes (Iwamoto, 2019).

De acordo com dados do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2021, do *Transgender Europe* (TGEU) e, em concordância com o projeto *Transrespect Versus Transphobia – Trans Murder Monitoring* (TVT-TMM), é possível identificar que situações de violência vividas por pessoas transexuais são cada vez mais comuns no Brasil e no mundo (TGEU, 2017; Brunga Benevides, 2022). O Brasil, a despeito das subnotificações, é líder em assassinatos de pessoas trans há 13 anos consecutivos. No ano de 2021, por exemplo, pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas no país “[...] sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas” (Benevides, 2022, p. 30). Em 2022 foram computados 135 assassinatos, “uma média de 11 vítimas por mês”, das quais 130 mulheres trans/travestis e 1 homem trans (ANTRA, 2023 citado por Kellen Barreto; Luciana Oliveira, 2023)⁶. Isso sem contar os números significativos de casos de suicídios.

Nossa pesquisa se inscreve em um conjunto de estudos desenvolvidos pela linha de pesquisa “Corpo, Natureza e Gênero” do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON), da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Pretendemos analisar a produção de todas as áreas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (artigos científicos) relacionada à transexualidade, escola e educação, considerando o período de 2010 a 2019. Especificamente, objetivamos: (a) escrutinar o perfil acadêmico dos/as autores/as e da produção científica; os principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as para a identificação de seus trabalhos e a distribuição geoespacial dessa

⁶ Matéria assinada por Kellen Barreto e Luciana de Oliveira (TV Globo e G1, 2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/26/131-pessoas-trans-foram-assassinadas-em-2022-aponta-associacao.ghtml>. Acesso em 23 de junho de 2023.

produção científica; (b) verificar, à luz da análise de conteúdo, as principais categorias analíticas apontadas nos estudos, como por exemplo, as formas de preconceitos e a “LGBTfobia”.

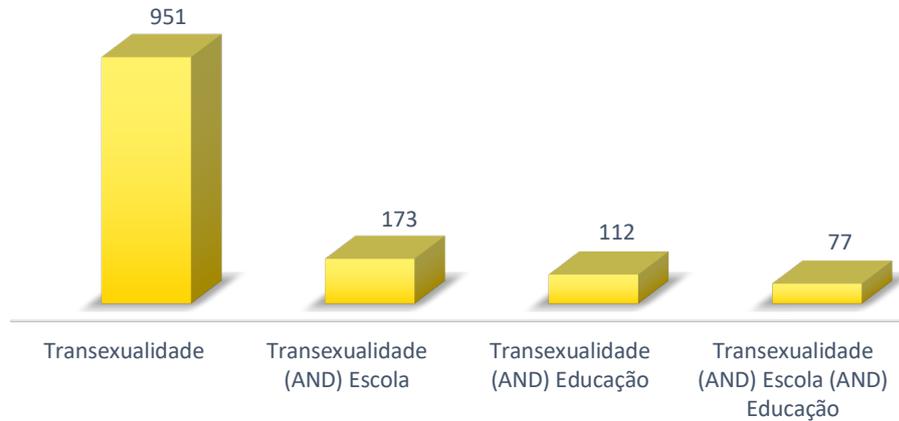
Percurso metodológico da pesquisa

A pesquisa atende às demandas da abordagem metodológica qualitativa, sendo caracterizada como teórica do tipo bibliográfico. O Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pode ser definido como lócus de nossa investigação. A escolha do Portal de Periódicos da Capes se deveu aos seguintes critérios: (a) facilidade de acesso e desenho intuitivo; (b) organização e classificação dos periódicos por área de concentração; (c) possibilidade de inserção de filtros por período e por qualificação de periódicos indexados; (d) confiabilidade das fontes, visto que os materiais dispostos naquele portal recebem classificação de cada área científica a cada quatro anos.

Para a consulta observamos as seguintes etapas: (i) enumeração dos descritores: “transexualidade”; “escola” e “educação” em suas variações, utilizando-nos do operador booleano “AND” para a combinação dos termos da pesquisa. (ii) determinação do período de 2010 a 2019. A despeito da escolha dos descritores, notadamente, do termo escola, a opção se deu por sua abrangência, dessa forma, em pesquisas realizadas acerca das culturas ou cotidianos escolares a palavra escola encontra-se no escopo do texto como um descritor do estudo. Outro aspecto necessário de ser esclarecido acerca da definição dos descritores diz respeito ao termo transexualidade, que nesta pesquisa foi abordado apenas do ponto de vista de estudantes, isto é, não houve problematização da docência trans no contexto escolar. Isso se deveu pela natureza de nosso objeto de investigação.

Avaliando-se quantitativamente as publicações encontradas, identificamos 951 publicações para o descritor “transexualidade”, 173 para “transexualidade” (AND) “escola”, 112 para “transexualidade” (AND) “educação” e 77 publicações com “transexualidade” (AND) “escola” (AND) “educação”, esse último que nos interessa (Gráfico 1).

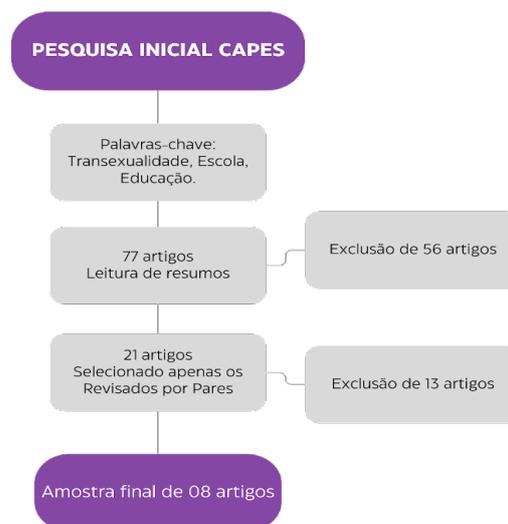
GRÁFICO 1. Quantitativo de publicações utilizando os descritores



Fonte: Elaboração própria (2023).

Conquanto após (iii) a identificação e escrutínio dos artigos, considerando o escopo da pesquisa, o que se deu após a leitura do título, palavras-chave e resumo, verificamos que 56 artigos não atendiam aos objetivos que estabelecemos, resultando em 21 artigos. Por fim, (iv) após a verificação do aspecto de revisão por pares, obtivemos oito artigos como amostra (Figura 1), cuja síntese se apresenta no organograma a seguir.

FIGURA 1. Organograma de sistematização da busca de artigos científicos pelo portal da CAPES



Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme essa definição, iniciamos a fase de avaliação crítica dos artigos, que se deu conforme a análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2016), tendo por base os objetivos da pesquisa, complementada pelo *software Iramuteq*. As publicações estão a seguir expostas, sendo organizadas, numericamente, por ano crescente. Os achados indicam artigos de 2012 a 2019, considerando nosso filtro temporal de 2010 a 2020.

QUADRO. Dados das publicações selecionadas

Artigo	Título	Autoria	Palavras-Chave	Periódico	Ano
1	A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola	Denise da Silva Braga	Sexualidade, Transexualidade, Experiência escolar.	Periferia	2012
2	A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	Transexualidade; Escolas; Estado; Biopolítica.	Cadernos de Pesquisa	2015
3	A transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino	Cristina Pazó, Geiziele Salles, Juliana Zaganelli	Direito à Educação; Transexualidade; Responsabilidade.	Revista de Direito Brasileira	2015
4	As/os trans são vistas/os na escola?	Naomi Neri Santana; Polizel, Alexandre Luiz; Eliane Rose Maio	Transexualidade; Escola; Educação; Professoras/es.	Revista Ártemis	2016
5	Transexualidade e Educação Física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde	Jéssica Leite Serrano, Iraquitan de Oliveira Caminha, Isabelle Sena Gomes	Transexualismo; Revisão; Ciências da Saúde; Educação Física.	Movimento	2017
6	Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero	José Miranda Oliveira Júnior, Nubia Regina Moreira, Nilma Margarida de Castro Crusó	Diversidade sexual; Educação; Fenomenologia.	Linhas Críticas	2018
7	Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar	Pablo Cardozo Rocon, Alexsandro Rodrigues, Maria Elizabeth	Pessoas Trans; Gênero; Sexualidade; Educação; Disciplina.	Argumentum	2018

		Barros	De		
		Barros			
8	Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades	Glaucia Carmo Xavier	do	Transexualidade; Ensino Médio; Desafios; Possibilidades.	Cadernos de Gênero e Diversidade 2019

Fonte: Elaboração própria (2023).

Por fim, passamos para a análise e discussão dos resultados encontrados, considerando a exploração à exaustão do total de oito artigos, que compuseram a nossa amostragem final.

Corpos e corporeidades dissidentes na escola: quem, aonde e o quê produz

Como minorias, os corpos das pessoas trans são aqui referidos como corpos dissidentes, especialmente, no contexto escolar. A cisgeneridade, a cisnormatividade e o heterossexismo (social) (Abílio, 2016) são apresentados como única demonstração possível e aceitável da identidade de gênero do sujeito humano. Não estar de acordo com as normas significa perder a representação nos quadros de legitimidade e de importância no/do espaço social (Judith Butler, 2003), nomeadamente, em instituições responsáveis pela socialização e/ou produção de conhecimentos, como as escolas e universidades.

Nesta lógica, a escola e, evidentemente, toda sua organização estrutural oportuniza que a adoção da perspectivação binária se sobressaia, fundamentando-se nos conhecimentos que estabelecem a naturalização das diferenças sexuais entre homens e mulheres. Tem-se assim que a sexualidade se institui em modelos de existência corporal, levando em consideração os ideários do essencialismo biológico, apresentando apenas duas opções nas quais os sujeitos devem se conformar, sendo elas o macho ou fêmea, homem ou mulher e/ou masculino ou feminino.

Com fundamentos nos achados da pesquisa, passamos agora à discussão dos resultados evidenciados. No tocante ao escrutínio do perfil acadêmico dos/as autores/as e da produção científica; os principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as e; a distribuição geoespacial dessa produção científica, os principais resultados observados foram acima sintetizados no Quadro.

Quanto ao perfil acadêmico da produção científica sobre transexualidade na escola, evidenciamos que os estudos sobre a transexualidade e o contexto escolar são oriundos de instituições públicas de ensino, tendo-se a ocorrência de 75% dos dados obtidos, ou seja, duas publicações têm como autores/as pesquisadores/as que atuam em instituições

privadas, sendo o Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH (Artigo 1) e a Faculdade de Direito de Vitória – FDV (Artigo 2).

Para a Academia Brasileira de Ciências (ABC) as instituições públicas possuem cerca de 95% de produções científicas do Brasil, concentrando sua maior produção na região sudeste, sobretudo em instituições como Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), todas com mais de 15% de desempenho em pesquisa, segundo dados do *Research in Brazil*, período de 2011 a 2016⁷ (Mariluce Moura, 2019).

Na relação da distribuição geoespacial da produção científica no país, constatamos que há predominância de publicações na região Sul e Sudeste do Brasil, configurando 75% das produções que se concentram principalmente nos estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo (2 publicações em cada estado). Esse dado converge com pesquisa realizada por Jéssica Pereira; Dulce Almeida; Raquel da Silveira (2021), acerca da produção científica sobre gênero no Brasil. Nele, as autoras afirmam haver a mesma concentração geoespacial, alegando o quanto as pesquisas estão desigualmente estabelecidas e distribuídas no Brasil.

Pedro Reis (2006, p. 162) aponta que “[...] a ciência constitui um aspecto marcante da nossa cultura que todos os cidadãos devem ter oportunidade e capacidade de apreciar e, como tal, merece um espaço no currículo”. Assim, compreendemos a importância das pesquisas e publicações e a educação científica como modo de agregar mais conhecimentos para a sociedade. A educação científica também contribui para o desenvolvimento de uma atitude crítica e reflexiva face às atuais formas de organização social. A educação científica deve ser elaborada de forma a promover o exercício de uma atitude crítica, tendo em conta as diferentes perspectivas sociais e culturais, ao mesmo tempo que promove o respeito pelas diferentes opiniões, pelos valores éticos, pelas e pelos direitos fundamentais.

Outro ponto que analisamos nas publicações selecionadas é o perfil dos/as pesquisadores/as, apontando para uma produção majoritariamente realizada por mulheres. Ou seja, no tocante ao perfil relacionado ao marcador “sexo” (biologicamente

⁷ <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/#:~:text=Universidades%20p%C3%BAblicas%20respondem%20por%20mais%20de%2095%25%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20do%20Brasil,-POL%C3%8DTICA%20DE%20CTIE>

determinado) dos/as pesquisadores/as, 14 se apresentam como mulheres e apenas 04 são homens. Isto quer dizer que em um período de 10 anos, 87,5% da produção qualificada sobre a temática da transexualidade e educação é realizada por mulheres. É possível inferir, com base nesses dados, que as mulheres são parte fundamental para a produção sobre temáticas vinculadas a questões que se remetem a direitos e minorias, notadamente neste espectro, relacionadas às pessoas trans no Brasil e às questões de gênero e, adicionalmente, que estas mulheres contribuem fortemente com a ciência neste país.

Mario Albornoz *et al.* (2018), ao observarem as lacunas de gênero na produção científica ibero-americana, constataram que 72% dos artigos científicos publicados do Brasil são de mulheres, dado que posiciona o país à frente quando comparado a todos os outros países que fazem parte da ibero-américa, mas, que talvez revele muito pouco sobre as resistências que têm sido empreendidas para que esse dado se concretize como uma “vitória” das majorias que são minorizadas. Ademais, pouco sabemos sobre os marcadores sociais da diferença que, para além de sexo-gênero, atravessam as vidas das pesquisadoras. De qualquer forma, encontramos similaridade entre as pesquisas desenvolvidas por Albornoz *et al.* (2018); Pereira *et al.* (2021) e os achados que aqui são evidenciados.

Quanto à formação inicial dos/as pesquisadores/as verificamos que ela atende a uma perspectiva abrangente e interdisciplinar, sendo que quatro são graduados em pedagogia, três em ciências biológicas e em pedagogia, duas em educação física, filosofia e ciências sociais, além de um em direito, serviço social e letras. Dos/as pesquisadores, observamos que o pesquisador Iraquitã de Oliveira Caminha possui três graduações (educação física, psicologia e filosofia). Duas pesquisadoras possuem duas graduações, sendo Dayana Brunetto Carlin dos Santos licenciada em ciências biológicas e pedagogia e Isabelle Sena Gomes em educação física e ciências sociais, além de um pesquisador, José Miranda Oliveira Júnior, que é formado em filosofia e ciências sociais⁸. Apontamos que não foi possível localizar o currículo lattes de duas pesquisadoras, tão pouco encontramos informações no ORCID⁹, que consiste em outro mecanismo de busca biográfica e acadêmica.

⁸ Informação coletada de acordo com o período da publicação dos artigos.

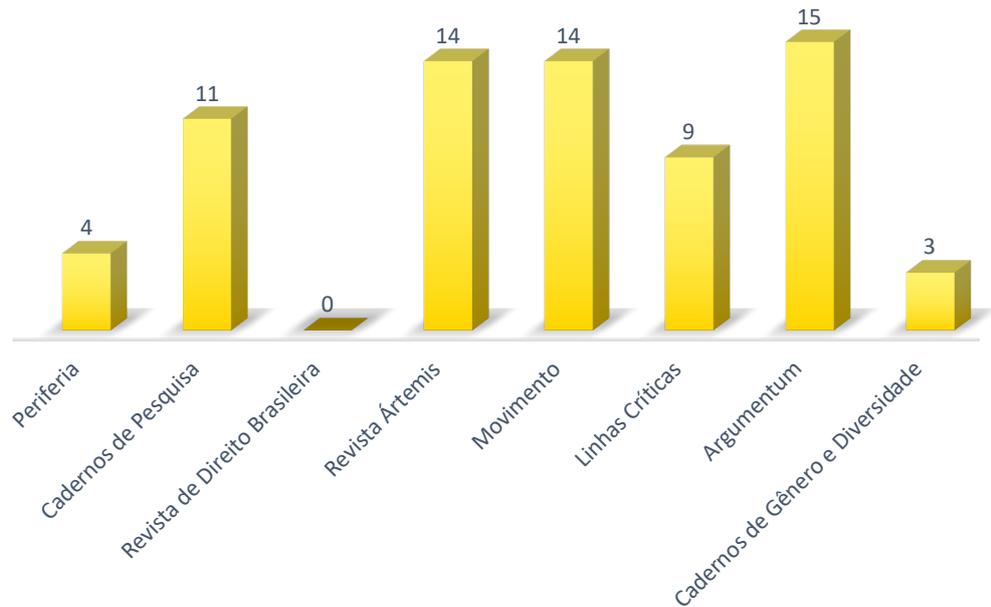
⁹ ORCID, sigla para Identificador Aberto de Pesquisador e Contribuidor, é um identificador digital essencial para acadêmicos e pesquisadores. Ele possibilita uma distinção clara da autoria e facilita a conexão precisa dos/as autores/as com sua produção científica.

No que se refere à formação na pós-graduação, observamos que duas pesquisadoras e um pesquisador não possuíam pós-graduação até o momento da publicação, sendo que duas dessas são as pesquisadoras que não encontramos o currículo na página do Lattes – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nove pesquisadores/as possuem doutorado, uma é doutoranda, quatro são mestres e uma é mestranda. Desses, seis estão vinculados/as à subárea da educação, dois em pós-graduação de direito e de educação física, havendo pesquisadores/as nas subáreas de educação escolar, filosofia, sociologia, saúde pública, letras e linguística³.

Ao consultarmos informações sobre a área de avaliação dos periódicos, através da Plataforma Sucupira, Qualis Periódicos, utilizamos a classificação de periódicos do quadriênio de 2013-2016, além do ISSN¹⁰. A partir do gráfico 2, podemos observar que quatro periódicos (Cadernos de Pesquisa, Revista Ártemis, Movimento e Argumentum) estão classificadas em mais de dez áreas de avaliação, sendo que a revista Cadernos de Pesquisa, Movimento e Argumentum também são avaliadas na área da educação física. Não foi possível localizar a Classificação junto ao Qualis Capes da Revista de Direito Brasileira.

GRÁFICO 2. Quantidade de áreas de avaliação dos periódicos dos artigos selecionados

¹⁰ ISSN, sigla para International Standard Serial Number, que é um código numérico internacionalmente reconhecido, que identifica de forma única periódicos, revistas, jornais e outras publicações seriadas. Esse número é utilizado para facilitar a identificação e organização dessas publicações, garantindo uma referência única e inequívoca para cada título de periódico ao redor do mundo.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Com efeito, ao identificarmos os dados acima verificamos a importância da interdisciplinaridade na formação do/a pesquisador/a, bem como na forma de divulgação científica. A interdisciplinaridade aponta para um novo paradigma de conhecimento, que ultrapassa os limites das disciplinas tradicionais, lutando para superar a fragmentação do saber. A interdisciplinaridade é uma postura intelectual que consiste em um modo de pensar e de trabalhar, desafiando a divisão tradicional em disciplinas, em seus conceitos, métodos e teorias, para que haja uma compreensão do todo a partir de suas partes (Ivani Fazenda; Mariana José; Carlos Santos, 2016). Aproximando-se do contexto do campo sociológico, percebemos que, além da interdisciplinaridade, é preciso considerar uma perspectiva multidisciplinar, que envolve a relação de múltiplas disciplinas, cada uma delas com sua própria metodologia e objeto de estudo. Dessa forma, é possível abarcar um objeto de estudo de diversas maneiras, a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Em relação aos/as autores/as citados/as nos artigos, foi observado um quantitativo maior de citações dos escritos de Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Louro e Berenice Bento. Guacira Louro foi a autora mais citada entre as pesquisas, estando presente em sete dos oito artigos estudados.

Ressaltamos que esses/as autores/as, a exemplo, de Butler, que é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense e tem discutido sobre as teorias contemporâneas do feminismo e da teoria queer ocupam lugar de destaque na produção científica brasileira.

Isso se deve, sobretudo, pela importância dessa autora no debate sobre as questões de gênero, a inteligibilidade ou ordem compulsória de gênero, sobre sexualidade e identidade de gênero. Por outro lado, Foucault, considerado um autor clássico pela importância de sua obra sobre a história da sexualidade, também tem lugar de evidência entre os/as pesquisadores/as nacionalmente. A apropriação conceitual de Foucault se dá por meio de conceitos como “poder/conhecimento” e de “genealogia” no que concerne às questões históricas da sexualidade.

Notadamente, observamos, ao lado de autores/as mais tradicionais, Louro e Bento, que são duas autoras nacionais de destaque. No caso de Bento, seus estudos são desenvolvidos relacionados aos dispositivos da transexualidade, baseando-se em Foucault, explicitando o impacto da cisheteronormatividade como matriz de inteligibilidade de gênero. Também discute sobre o transfeminicídio e o conceito de necrobiopoder para analisar as violências do Estado contra os corpos abjetos, aqui entendidos como dissidentes no contexto escolar. Louro, como vimos, a autora mais citada pelos/as pesquisadores/as evidenciados/as neste estudo, apresenta trajetória marcada por diversas obras e discussões em torno de educação, política, cultura, gênero e sexualidade.

Analisando os/as autores/as mais utilizados nas obras mais citadas nos artigos selecionados, ponderamos e visualizamos que estão intimamente ligados à temática trabalhada nesta produção, sobretudo por entendermos que há uma normatização histórica e cultural dos corpos/corporeidades das pessoas trans, consolidando políticas de gênero que devem seguir as normativas instituídas socialmente. Esses/as autores/as são fundamentais para que seja possível compreender os “sistemas” sociais, refletindo de forma crítica os dispositivos e as relações de poder, onde todos os corpos dissidentes, nesse caso os corpos transexuais, são menosprezados e discriminados.

Para a análise de conteúdo dos resumos e inteiro teor dos textos apresentados no Quadro, foi observada a frequência das palavras¹¹ (Figura 2¹²). O termo escola apresentou 14 inserções nos resumos analisados, seguido das palavras gênero e transexual, com 10 frequências cada, vejamos como se apresenta a nuvem de palavras.

¹¹ Foram retirados os termos “e”, “como”, “ao” e “partir”, por entender que esses são complementares. Porém, o *software Iramuteq* identificou como formas ativas, sendo nominal, advérbio, advérbio e verbo, nessa ordem.

¹² Para a organização da nuvem de palavras foram selecionados os termos que apresentam mais de 5 frequências.

FIGURA 2. Nuvens de palavras identificadas nos resumos



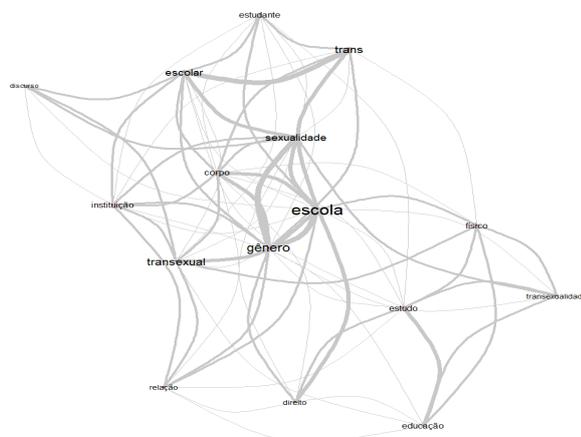
Fonte: Elaboração própria (2023).

Ao realizar a análise de similitude, observamos as seguintes informações (Figura 3). Para Sueli Donato; Romilda Ens; Elizabeth Favoreto; Elsa Pullin (2017, p. 368), a análise de similitude

[...] apresenta a relação e o grau de conectividade entre os elementos da estrutura da representação social e pode ser ilustrada por um grafo (árvore máxima), as sessões de grupos focais possibilitam interpretar, compreender e refletir sobre os sentidos da configuração e da relação dos elementos evidenciados nessas análises.”

Ou seja, atentamos que os termos com maior frequência apresentam conectividade entre si, representando o diálogo entre essas palavras no corpo do texto, sobretudo em torno da discussão.

FIGURA 3. Análise de Similitude dos artigos selecionados



Fonte: Elaboração própria (2023).

No que concerne à análise de similitudes, é necessário enfatizar que quanto mais grossa a linha, maior é a conectividade entre esses termos, identificando a estrutura do *corpus* textual e reforçando a centralidade no desenvolvimento da temática transexualidade, educação e escola, descritores selecionados para esse trabalho, com as publicações selecionadas.

Para além da organização da nuvem de palavras e do gráfico de similitude, categorizamos as seguintes perspectivas após a análise do inteiro teor dos artigos: (a) construção social e histórica da transexualidade; (b) direitos e deveres do ser trans: o corpo político, (c) narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade.

Sobre o item “a”, construção social e histórica da transexualidade, identificamos que dos oito artigos analisados, apenas dois tinham relação direta com esta categoria. O artigo intitulado “Transexualidade e Educação Física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde” (Artigo 5), de Jéssica Serrano, Iraquitan Caminha e Isabelle Gomes, (2017), discorre sobre o desenvolvimento estrutural e da concepção da transexualidade em periódicos do campo da saúde entre 2005 e 2015, levando o/a leitor/a a compreender quais foram as transformações fundamentais para o entendimento da transexualidade, particularmente na área da saúde. O artigo de Glaucia Xavier (2019) “Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades” (Artigo 9), apresenta o entendimento de sexo e gênero ao longo da história e o papel do currículo escolar na inclusão de estudante trans, além de explicitar a necessidade da comunidade escolar se formar continuamente para acolher estudantes LGBTQIA+.

A categoria “b”, direitos e deveres do ser trans: o corpo político, foi organizada com o intuito de observar como os sistemas educacionais, em especial a escola, tratam e entendem a transexualidade, sendo encontradas três produções. “A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis” (Artigo 2), de Santos (2015), que discute sobre os direitos fundamentais para estudantes transexuais e de travestis em escolas, como uso de nome social, uso de banheiro na escola de acordo com o seu gênero. Outro artigo foi o de Cristina Pazó; Geiziele Salles; Juliana Zaganelli (2015), “A Transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino” (Artigo 3), que aborda o conteúdo normativo necessário para aplicar a indenização proveniente da responsabilidade civil às instituições privadas de ensino quando elas ignorarem as formas distintas de expressão de gênero e causarem danos às/aos estudantes transexuais. O artigo

publicado por Rocon, Rodrigues e Barros (2018), intitulado “Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar” (Artigo 7), que trata do acesso e permanência das pessoas transexuais e travestis na escola, como por exemplo os conflitos ocorridos nos processos escolares entre normas de gênero e pessoas transgêneras também se inscreve no escopo desse debate acerca da responsabilidade civil das escolas no trato das pessoas trans, seus corpos/corporeidades.

Por fim, analisando a categoria “c”, narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade, identificamos que três publicações tinham relações diretas com esta categoria. O artigo de Denise Braga (2012), “A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola” (Artigo 1), o qual apresenta uma discussão sobre transexualidade, evidenciando que os sujeitos transexuais produzem suas próprias histórias, constituído a partir das reflexões sobre relatos de mulheres transexuais. Nessa pesquisa, a autora (2012) apresenta as narrativas de mulheres transexuais e dos processos de silenciamento, invisibilização e subalternização a que são submetidas por estarem identificadas como “diferentes”.

O artigo intitulado “Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero” (Artigo 6), de José Miranda Oliveira Júnior, Nubia Moreira e Nilma Crusóe (2018), dialoga sobre a narrativa de uma estudante transexual sobre temáticas de gênero na escola através do contexto pedagógico. Aborda sob a ótica dos/as estudantes se as práticas pedagógicas para diversidade sexual de fato existem e como são efetivadas e compreendidas observando as vivências e convivências no ambiente escolar de estudantes trans.

Por último, o artigo “Os trans são vistos na escola?” (Artigo 4), de autoria de Naomi Santana; Alexandre Polizel; Eliene Maio (2016), reflete sobre a percepção do que é a transexualidade a partir dos conhecimentos apresentados por professores de biologia de escolas públicas do Paraná. O trabalho se aprofunda na discussão da deslegitimação dos “corpos estranhos” das pessoas trans e reforça que os docentes e a equipe pedagógica são por vezes responsabilizados pela violência sofrida pelas pessoas transexuais.

De fato, consideramos que essas categorias e as publicações que nelas se enquadram são de extrema importância para a compreensão da transexualidade na escola, sendo necessário compreender o que é identidade de gênero, as nuances da transgeneridade e a subcategoria de transexualidade e travestilidade. Também é significativa a compreensão das políticas estruturais, dos direitos e como influenciam na corporeidade e na identidade de gênero dos sujeitos. A biopolítica atual impacta nas manifestações e nos movimentos

de todos os seres humanos, porém, diante da atual conjuntura, em particular no Brasil, a biopolítica tem deslegitimado a identidade de pessoas transexuais e travestis, organizando políticas que inviabilizam a discussão sobre gênero, sexualidade e identidade de gênero na escola, local que deveria ser reconhecido com um espaço para o trato acadêmico-científico e de ampliação do conhecimento.

Ademais, há muito a ser avançado na educação em relação a gênero, sexualidade e identidade de gênero. A necessidade de desenvolver essa temática na formação inicial e continuada de professores se faz urgente, vez que essa é uma temática emergente, que necessita de diálogos e de políticas públicas para possibilitar não só o ingresso, mas sobretudo a permanência de pessoas transexuais e travestis no sistema educacional, numa perspectiva de inserção social. Não obstante, também consideramos que deveria haver uma educação direcionada para os estudos de gênero, para além das fronteiras da escola, visando a compreensão da sociedade acerca desse debate, inclusive, no âmbito das políticas públicas e dos direitos humanos.

Considerações finais

Nossa intenção com este trabalho foi construir uma análise acerca da produção de todas as áreas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (artigos científicos) relacionada à transexualidade, escola e educação, considerando o período de 2010 a 2019. Especificamente, objetivamos: (a) escrutinar o perfil acadêmico dos/as autores/as e da produção científica; os principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as para a identificação de seus trabalhos e a distribuição geoespacial dessa produção científica; (b) verificar, à luz da análise de conteúdo, as principais categorias analíticas apontadas nos estudos, como por exemplo, as formas de preconceitos e a “LGBTfobia”.

No tocante ao primeiro objetivo específico, escrutinar o perfil acadêmico dos/as autores/as e da produção científica; os principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as para a identificação de seus trabalhos e a distribuição geoespacial dessa produção científica, os achados da pesquisa evidenciaram que quem escreve sobre a temática são, preponderantemente, mulheres. A área de formação dos/as pesquisadores/as é ampla e variada. As pesquisas estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste do país. E, além disso, a autoria dos estudos é constituída por pesquisadores/as egressos/as e professores/as de instituições públicas de ensino. Quanto às principais referências

bibliográficas, tem-se um maior impacto em quantitativo de citações dos/as autores/as Butler, Foucault, Bento e Louro, com prevalência desta última.

Avaliamos que a prevalência de Louro como autoria central se deve a alguns fatores como: tempo de inserção da autora na área de gênero; acessibilidade da produção, por estarem os textos escritos em português e muitos deles de acesso livre na Internet e, por fim, pela utilização de terminologias que facilitam a compreensão do complexo debate sobre gênero.

Ao observar as palavras-chave dos artigos, é possível aferir uma predominância em palavras como Transexualidade. Segundo a revisão realizada pelo presente estudo, a transexualidade foi por muitos anos e ainda é considerada uma doença, sendo vista de forma patológica e preconceituosa por muitos. Em relação à inserção de pessoas transexuais e travestis na escola, as instituições, no geral, ainda não estão preparadas para receber esse público, pois pouco se tem falado e discutido dentro dos ambientes escolares, deixando a transexualidade e o estudo de identidade de gênero como algo distante e sem a necessidade de diálogo. Portanto, a diversidade sexual e de gênero deve ser vista como algo a ser abordado dentro das instituições de ensino, independente de idade e considerando as diferenças provenientes de cada região, tornando-se, desse modo, parte das culturas e cotidianos escolares.

Acerca da análise de conteúdo realizada, foi possível identificar que os termos escola, gênero e transexual foram os mais recorrentes nos resumos dos artigos selecionados. Não obstante, também constatamos que há uma similaridade, ou seja, uma conectividade dessas palavras com outras nos artigos, sendo que os termos escola, gênero e transexual possuíam uma maior conectividade, possibilitando o entendimento de que essa relação foi profundamente discutida nas publicações selecionadas.

Podemos concluir de acordo com a análise do conteúdo dos artigos, que corpos/corporeidades de pessoas transexuais se encontram à margem da sociedade, passando por contínuos processos de exclusão, estigmas e discriminação, e, sobretudo, violências ao longo de suas existências. Também enfatizamos, consoante a análise, que a escola ainda não se constitui como um espaço acolhedor e preparado para receber essas pessoas, sendo, muitas vezes, um espaço social de reprodução de violência física, psicológica ou simbólica. Dessa forma, concordando com Butler (2006), as instituições de ensino, em especial escolas, reproduzem um sistema cisheteronormativo eLGBTQIA+fóbico, descumprindo, desse modo, seu papel constitucional e social de

asseverar a pluralidade do ensino, da acessibilidade para todos/as/es e da construção da cidadania, visando uma sociedade democrática.

Por fim, reforçamos a prerrogativa da necessidade da ampliação de investigações científicas em torno dessa temática, alinhando-se com os direitos humanos e sociais e que visem à construção e efetivação de políticas públicas que assegurem o ingresso e permanência de pessoas transgêneras, em especial de transexuais e de travestis, nas escolas numa perspectiva de inserção social. Compreendemos que, apesar de a pesquisa revelar uma clara prevalência de obstáculos que dificultam a presença contínua de pessoas trans na cultura e cotidiano escolares, devemos reconhecer que têm surgido movimentos eficazes de resistência e criação de oportunidades para que pessoas trans possam acessar, permanecer e concluir sua trajetória educacional. Esses são sinais positivos do sucesso de políticas públicas e da atuação dos movimentos sociais.

Referências

Revista **Diversidade**
e Educação

ABÍLIO, Adriana Galvão Moura. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. **Revista Hispeci & Lema On-Line**, Bebedouro, v. 7, n. 1, p. 126-142, 2016.

ALBORNOZ, Mario *et al.* “Las brechas de género en la producción científica Iberoamericana”. **Papeles del Observatorio**, n. 09, 2018. Disponível em: <https://oei.int/publicaciones/gender-gaps-in-ibero-american-scientific-production>. Acesso em: 19 mar. 2021

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 62-74, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200005>. Acesso em 07 jul. 2024.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, Brunga G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BRAGA, Denise da Silva. **A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola**. Periferia, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2012.

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 235-254, 2020.

DONATO, Sueli Pereira; ENS, Romilda; FAVORETO, Elizabeth; PULLIN, Elsa. Abordagem estrutural das representações sociais: da análise de similitude ao grupo focal, uma proposta metodológica. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 37, p. 367-394, 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; JOSÉ, Mariana Aranha Moreira; SANTOS, Carlos Alberto Moreira dos. Formar Pesquisadores Interdisciplinares. **Revista Ciências Humanas**, 2016.

IWAMOTO, Thiago Camargo. A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**. 2019. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/#:~:text=Universidades%20p%C3%BAblicas%20respondem%20por%20mais%20de%2095%25%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20do%20Brasil,-POL%C3%8DTICA%20DE%20CTIE>. Acesso em: 22/10/2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Miranda; MOREIRA, Nubia Regina; DE CASTRO CRUSOÉ, Nilma Margarida. Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero. **Linhas Críticas**, v. 23, n. 52, p. 642-663, 2017.

OMS [ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE]. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

PAZÓ, Cristina; SALLES, Geiziele; ZAGANELLI, Juliana. A transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino. **Revista de Direito Brasileira**, v. 11, n. 5, p. 239-258, 2015.

PEREIRA, Jéssica; ALMEIDA, Dulce Filgueira de; SILVEIRA, Raquel da. Análise da produção científica sobre gênero na educação física brasileira entre os anos de 2013 a 2018: uma perspectiva cientométrica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 43, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e006921>

REIS, Pedro. Ciência e educação: que relação? **Interacções**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2006. DOI: 10.25755/int.314. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/314>. Acesso em: 23 out. 2022.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; DE BARROS, Maria Elizabeth Barros. Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 272-285, 2018.

SANTANA, Naomi Neri; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. As/os trans são vistas/os na escola? **Revista Artemis**, v. 22, n. 1, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de pesquisa**, v. 45, p. 630-651, 2015.

SERRANO, Jéssica Leite; DE OLIVEIRA CAMINHA, Iraquitã; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**, v. 23, n. 3, p. 1119-1132, 2017.

SILVA, Tayron. Transexualidade na Escola: estudo bibliográfico de 2010 a 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

XAVIER, Gláucia do Carmo. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 79-95, 2019.

Recebido em fevereiro de 2024.

Aprovado em julho de 2024.